08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

“DA SEGURANÇA AO RISCO”: IMPACTOS DO CONTEXTO DE TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE FUNCIONÁRIOS PRISIONAIS

JULIANA CARVALHO DE SOUSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

AGOSTINHA MAFALDA BARRA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

ALINE FRANCILURDES NERY DO VALE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

PABLO MARLON MEDEIROS DA SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)

“DA SEGURANÇA AO RISCO”: IMPACTOS DO CONTEXTO DE TRABALHO NA SAÚDE MENTAL DE FUNCIONÁRIOS PRISIONAIS

Introdução

O trabalho é essencial à existência humana, sendo considerado um fator importante para a promoção da sua saúde (Mendes, 1999). Por meio deste, o indivíduo constrói a sua própria identidade, organiza sua vida, insere-se na sociedade e desenvolve a sua subjetividade, bem como pratica a confiança, a boa convivência, a solidariedade e o respeito pelo outro, de modo a favorecer aspectos prazerosos na atividade laboral (Dejours, 2004). Entretanto, muitas vezes, o trabalho não cumpre esse papel, acarretando uma perspectiva negativa na vida do indivíduo, podendo gerar fatores como sofrimento e adoecimento psíquico (Dejours, 1992, 1994; Mendes, 1999).

O mundo do trabalho sofreu transformações, e teorias organizacionais preconizadas pelo taylorismo vem sofrendo críticas severas quanto à negligência da saúde dos trabalhadores em prol de elevados níveis de produtividade (Dejours, 1992). Quanto mais rígida é a organização, mais propensão o indivíduo estar para desenvolver doenças psicossomáticas (Dejours, 1999).

Nesse contexto, o trabalho desenvolvido nas penitenciárias brasileiras pode ser considerado como fonte geradora de risco e estresse, não só pela rigidez da organização, mas também pelo enfrentamento a uma série de agentes nocivos a sua saúde física e mental (Lima et al., 2019). Paradoxalmente, mesmo que o trabalho dos funcionários prisionais esteja relacionado à preservação da ordem pública, esses grupos ocupacionais ainda sofrem com os estigmas associados à profissão (Ramos et al., 2021).

Em outras palavras, o trabalho desenvolvido nas unidades prisionais é caracterizado pelo baixo reconhecimento social, ausência de poder de decisão durante rebeliões, riscos no ambiente de trabalho ao lidar com situações adversas com os detentos, e baixa remuneração (Kalinsky, 2008). Soma-se a isto, condições de trabalho indesejáveis (Tschiedel & Monteiro, 2013), implicando elevado nível de estresse e adoecimento físico e mental (Marques et al., 2018; Ramos et al., 2021).

No que se refere à carga psíquica dos funcionários prisionais, estas se igualam em muitos pontos as de outras carreiras, como de policiais, envolvendo o enfrentamento e contenção da violência, podendo atingir de modo direto ou indireto a sua vida privada, familiar e social (Castro et al., 2019). Posto que mesmo aqueles que não exercem funções que exijam relações diretas com presos, só pelo fato de trabalharem em uma penitenciária, vivenciam também suas vulnerabilidades.

Os estudos que investigaram condições adversas no trabalho de funcionários prisionais em penitenciárias focaram, em sua maioria, na realidade de agentes penitenciários (Becker-Pestka, 2018; Marçal et al., 2020; Martins et al., 2021; Oliveira et al., 2020; Winter & Alf, 2019;). Nesse sentido, e com base em buscas recentes realizadas em bases de dados como *SCOPUS* e *Web of Science*, percebeu-se que outras carreiras relevantes que operam no mesmo contexto prisional continuam sub-representadas. Tal questão orienta a seguinte questão de pesquisa: como o contexto de trabalho afeta questões de saúde mental de profissionais de diferentes carreiras em uma unidade prisional?

Assim, o objetivo deste artigo consiste em compreender como o contexto de trabalho afeta questões de saúde mental em profissionais de uma unidade prisional federal situada no interior do Nordeste brasileiro. Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui ao suprir lacunas de estudos referentes ao contexto laboral e sua relação com a saúde de profissionais envolvidos em atividades penitenciárias, principalmente nas unidades de segurança máxima.

Em termos práticos, este estudo alerta para a importância de estabelecer ações e políticas públicas que visem a promoção da saúde e bem-estar de funcionários prisionais, a prevenção de adoecimentos psíquicos, a melhoria das condições de trabalho para esses grupos ocupacionais.

2 Trabalho: reflexões e levantamento factual

Na contemporaneidade, emerge o processo de globalização e de mudanças constantes. A partir de então, o conceito de trabalho foi introduzido pelos reformistas protestantes do século XVI. Contudo, nos últimos anos, tal abordagem tem se vinculado às temáticas de psicologia e comportamento organizacional, evocando os valores organizacionais (Thompson & Bunderson, 2019).

À vista disso, as mudanças conceituais acerca do trabalho sofrem alterações bruscas, no sentido de que se valoriza a flexibilidade de horários, jornada móvel, com o intuito de promover a saúde física e mental dos trabalhadores (Liu et al., 2018; Shidende et al., 2016). Porém, destaca-se que, os horários flexíveis, quando não são bem geridos, podem resultar em cargas excessivas e prejudiciais para o indivíduo.

Evidencia-se que, durante muitos anos, o trabalho era considerado uma obrigação, sendo movido pela necessidade de sobrevivência; contudo, era pouco o tempo consagrado a essa atividade. O cenário se altera após a Segunda Guerra Mundial, quando emerge a era industrial (Enriquez, 2014).

Dejours (1992) argumenta que o trabalho evoca prazer e sofrimento ao levar em consideração o envolvimento de aspectos físicos e mentais. Assim sendo, o trabalho pode ser encarado como um grande condutor da função psíquica dos indivíduos, uma vez que auxilia na construção da identidade e da subjetividade. Estas, por sua vez, consideradas a base da vida cotidiana, permitem ao indivíduo conhecer suas emoções, e, com isso, aflorar suas virtudes (Santos & Menta, 2016).

A partir de então, tem-se que trabalhar é recomeçar, buscar soluções, averiguar possibilidades e inovar, o que tem potencial para ampliar a sensibilidade humana pelo conhecimento dos próprios extremos, o que pode gerar prazer por meio das qualidades exploráveis (Azevedo et al., 2018). O trabalho, ao permear os âmbitos sociais, objetivos e subjetivos, envolve também elementos práticos, deliberações e decisões, não se restringindo à racionalidade técnico-científica (Dejours & Molinier, 1994).

De modo geral, há uma lacuna entre a realidade prescritiva e a real, e trabalhar é preencher tal *gap*. Essa dicotômica, a diferença entre o trabalho prescrito e o real, consiste no fato de que o primeiro envolve a divisão formalizada e instruída e o segundo, naquilo que diariamente é executado e implantado (Therriault et al., 2004). Assim sendo, cabe aos indivíduos buscarem atingir os objetivos preestabelecidos, pelo uso da sabedoria para lidar com as controvérsias e adversidades provenientes do seu contexto de trabalho.

2.1 Contexto de trabalho

O contexto de trabalho pode ser definido como o espaço social em que se inserem a organização, as condições e as relações socioprofissionais no ambiente laboral. Essas três dimensões são avaliadas na Escala de Avaliação de Contexto de Trabalho (EACT), de Mendes e Ferreira (2008, p. 113), para "fornecer bases para se compreender a atividade de trabalho dos indivíduos e as estratégias de mediação individual e coletiva empregada na gestão das exigências presentes no contexto de trabalho".

Destarte, a dimensão organização do trabalho envolve aspectos organizacionais, tais como a forma como as tarefas são divididas, as pausas entre as jornadas, os ritmos e as normas estabelecidas entre organização e trabalhadores (Dejours, 1994).

Já a dimensão condições de trabalho envolve aspectos materiais, como iluminação e mobiliário adequado, instrumentos necessários para a execução das atividades, condições do espaço físico, segurança do trabalhador, dentre outros (Dejours, 1992). Além disso, devem-se considerar ainda os elementos ligados à higiene e à segurança. Nesse sentido, Mendes e Ferreira (2008) inserem nessa dimensão variáveis como matérias-primas, equipamentos, remuneração, dentre outros.

Por sua vez, a dimensão relações socioprofissionais compreende os aspectos sociais, como as relações existentes no ambiente de trabalho, a integração e a comunicação entre chefia e subordinado, entre pares, e clientes internos e externos (Mendes, 2007; Mendes & Ferreira, 2008). Sousa (2021) destaca que as relações de trabalho envolvem aspectos que se associam as interações hierárquicas, coletivas intra e intergrupos ou externas.

A compreensão dessas três dimensões impacta positiva ou negativamente no desempenho dos trabalhadores (Fagundes, 2017) e, por conseguinte, nos resultados esperados pela organização do trabalho (Campos & David, 2011). Desse modo, compreender a avaliação que um profissional faz de seu contexto laboral é fundamental para que as organizações adotem estratégias que melhorem o seu bem-estar e qualidade de vida nas organizações de trabalho (Fagundes, 2017; Maissiat et al., 2015; Mendes & Ferreira, 2008).

Em síntese, pode-se elencar que as dimensões de contexto de trabalho se associam a elementos que envolvem aspectos físicos, organizacionais e interacionais presentes no ambiente laboral. Assim, além de envolver os aspectos estruturais, de segurança e higiene, tem-se os níveis hierárquicos e divisões de trabalho, e, por fim, as relações sociais, nas quais, se sobressaem os vínculos e interações sociais (Dejours, 1992, 1994; Dejours et al., 2010; Mendes & Ferreira, 2008).

2.2 Contexto de trabalho em unidades prisionais e suas implicações na atividade profissional

O ambiente prisional é caracterizado por desafios organizacionais que podem colocar em risco a saúde física e mental, não só dos presos, mas também das equipes que lá trabalham (Testoni et al., 2021). Além disso, as penitenciárias são instituições que tem como foco a recuperação social de detentos, mas que operam em uma área aflitiva e de alto risco para a saúde mental dos seus trabalhadores, no caso os funcionários prisionais (Boaron et al., 2021).

Funcionários prisionais são indivíduos contratados para garantir o controle, a ordem, a segurança e minimizar danos físicos e psicológicos da população carcerária nas penitenciárias a qual servem (Nweze et al., 2021). Entretanto, esses profissionais estão expostos a uma série de fatores nocivos que colocam em risco sua saúde mental.

Estudos recentes mostraram que o acesso limitado à iluminação natural, presença de ruídos, ambiente sujo (Bierie, 2012); falta de água e instalações inadequadas de trabalho (Okoza et al,, 2010); escassez de recursos para executar as tarefas e sobrecarga laboral (Rizkiyani & Saragih, 2012); excessivas cobranças superiores hierárquicos, limitada autonomia, menor liberdade de decisão, menor controle de trabalho (Paraguassú-Chaves et al., 2018); superlotação e mau estado da saúde de presos (Nweze et al., 2021); apoio insuficiente no local de trabalho (Sygit-Kowalkowska et al., 2021); falta de reconhecimento pelo trabalho exercido (Schaufeli & Peeters, 2000); conflito família-trabalho, divórcio e menor expectativa de vida (Carleton et al., 2019); além da prevalência de transtornos e doenças infectocontagiosas, uma vez que a superlotação das celas favorece a proliferação de epidemias e doenças contagiosas (Paraguassú-Chaves et al., 2018; Tyler et al., 2019) tem gerado fortes consequências para o trabalho e seus profissionais.

Como consequência, esses fatores prisionais adversos podem acarretar em distúrbios do sono (Sygit-Kowalkowska et al., 2021), elevado nível de estresse (Jesus et al., 2021), redução na resiliência e produtividade (Paraguassú-Chaves et al., 2018), síndrome de *burnout* (Sygit-Kowalkowska et al., 2021), ataques cardíacos, aumento da pressão arterial, úlceras (Carleton et al., 2019; Ricciardelli et al., 2019), ansiedade (Carleton et al., 2019; Marques et al., 2018; Obidoa et al., 2011), medo (Ben-David et al., 1996) e transtorno de estresse pós-traumático (Fusco et al., 2021; Rumin et al., 2011; Taylor & Swartz, 2021), depressão (Paraguassú-Chaves et al., 2018), além de resultar no aumento nos pedidos de licenças médicas, afastamentos, e na dependência de remédios (Bierie, 2012) e maior utilização de substâncias, como cigarro e álcool (Shepherd et al., 2019).

O contexto das penitenciárias traz impactos para a vida de todos os profissionais, mas parece ter influência maior para aqueles funcionários que lidam diretamente com os presos. Por exemplo, os agentes penitenciários têm o papel de garantir que os direitos individuais dos presos sejam cumpridos. Segundo Oliveira et al. (2020), cabe a estes profissionais promover a ressocialização daqueles que cometeram crimes com pena de reclusão, concomitante à manutenção da disciplina e da integridade física e psíquica. Assim, os agentes correcionais são responsáveis por revistar presidiários, celas e visitantes, bem como monitorar a conduta dos presos e da unidade. Por terem contato direto com os detentos, são vistos por estes como responsáveis pela manutenção de seu confinamento, motivo pelo qual ficam expostos a situações estressantes, como intimidações, agressões, ameaças e possíveis rebeliões, correndo até mesmo risco de morte (Paraguassú-Chaves et al., 2018).

Além dos agentes correcionais, outras categorias que trabalham na linha de frente em ambientes prisionais também padecem de problemas mentais semelhantes. Por exemplo, um estudo recente realizado por Lazzari et al. (2020) evidencia que enfermeiras correcionais experimentaram sofrimentos morais ao lidar com presos no ambiente laboral. Carnevale et al. (2018) explicam que fatores estruturais e de relacionamento podem gerar problemas como esse e desencadear outros sintomas, seja para enfermeiros, profissionais educativos, agentes penitenciários, dentre outros. Boaron et al. (2021) salientam que o comprometimento da saúde mental pode ser maior para os funcionários que julgam não possuir vocação para trabalhar dentro das prisões, o que pode elevar as tensões para aqueles que trabalham nessa condição.

Como efeito, as atividades desenvolvidas pelos funcionários prisionais associadas às péssimas condições de trabalho, também influenciam no adoecimento físico e mental desta categoria (Paraguassú-Chaves et al., 2018; Ricciardelli & Power, 2020; Carleton et al, 2020). Acrescido a isto, os estigmas sociais atribuídos às profissões têm impactos negativos na saúde dos trabalhadores. Assim, tem-se que a presença de agentes estressores no ambiente laboral dos profissionais da segurança podem evocar uma miríade de patologias que representam ineficiência na execução dos seus serviços, o que evoca a necessidade de medidas constantes para a mitigação desses efeitos na vida de seus profissionais (Moran et al, 2016).

3 Metodologia

Com o intuito de compreender como o contexto de trabalho afeta questões de saúde mental em profissionais de uma unidade prisional federal situada no interior do Nordeste brasileiro, foram realizadas entrevistas individuais e semiestruturadas com 15 servidores federais lotados nessa unidade que exercem atividades gerenciais.

Tais causas podem ser provenientes do contexto de trabalho, originadas dos aspectos relacionados à organização do trabalho (divisão de tarefas, ritmo, pausas, jornada de trabalho e normas), às condições de trabalho (condições estruturais físicas e materiais), e às relações socioprofissionais (qualidade das relações interpessoais estabelecidas com gestores, pares, subordinados, clientes e parceiros). Por esse motivo; além das questões de identificação dos

sujeitos, como idade, estado civil, filhos, cargo e função atual, tempo na função e na unidade prisional e quando foi as últimas férias; foram feitas questões especificas para cada dimensão do contexto de trabalho.

Sobre à organização do trabalho os sujeitos da pesquisa foram instigados a descreverem o seu trabalho, bem como seu ritmo e pausas; além da percepção de riscos e normativas envolvidos na realização de suas atividades. Em relação às condições de trabalho os sujeitos foram convidados a analisarem suas estruturas físicas e materiais para a realização de seus afazeres laborais. Por fim, no que diz respeito às relações socioprofissionais, os sujeitos foram questionados sobre suas interações com colegas, chefia, presos, bem como com os familiares e advogados destes.

As entrevistas foram realizadas na unidade prisional de forma presencial, no horário de expediente dos participantes, em uma sala reservada, duraram em média uma hora e meia e não foram gravadas, devido à impossibilidade de ingressar na unidade com quaisquer aparelhos tecnológicos. Optou-se por anotar apenas as ideias centrais ou ancoragens, bem como expressões-chaves, que possibilitassem uma posterior análise fundamentada no método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefevre & Lefevre, 2014). As expressões-chave, que correspondem aos trechos extraídos e sintetizados dos depoimentos coletados, são expostas entre aspas no tópico de Resultados e Discussões e suas respectivas ideias centrais destacadas em negrito, de forma a apresentar um discurso coletivo dos sujeitos entrevistados integrado e sequenciado (Lefevre & Lefevre, 2006). Além disso, esse método mostra-se adequado para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa, posto que as opiniões individuais são sintetizadas e tratadas coletivamente.

Importante salientar que os resultados estão exibidos conforme prescrito para a análise do DSC, de que os depoimentos devem ser apresentados na primeira pessoa (Lefevre & Lefevre, 2006). No entanto, em alguns trechos, para oferecer uma maior fluidez ao texto esses pronomes pessoais foram suprimidos dos depoimentos expostos. Além disso, esses resultados foram apresentados previamente aos sujeitos participantes, que validaram as análises realizadas e se sentiram contemplados; como forma de constituir um "eu ampliado" (Lefevre et al., 2010).

4 Análise dos Resultados

15 dos 17 servidores federais que exercem atividades gerenciais em uma unidade prisional federal situada no interior do Nordeste brasileiro participaram desta pesquisa. São eles: o Diretor, os Chefes e Chefes-substitutos das Divisões (Segurança e Disciplina e Inteligência) e dos Serviços (de Saúde, Administrativos e Reabilitação), bem como dois Chefes de Plantão, e os responsáveis pela Corregedoria e Assessoria Jurídica. A não participação de dois dos quatro Chefes de Plantão deu-se por eles não estarem presentes nos dias das entrevistas – posto que trabalham em escalas de revezamento. Ademais, conforme recomendação de Falqueto et al. (2018), sobre saturação teórica, observou-se que os relatos coletados, sem a inclusão de mais essas duas entrevistas, já eram suficientes para alcançar o objetivo proposto neste estudo.

Dos 15 servidores federais envolvidos na pesquisa, apenas um servidor ainda não concluiu a graduação, e mais da metade tem formação em direito ou está cursando direito. A maioria dos respondentes é do sexo masculino, tem entre 29 e 51 anos, é casado e não tem filhos. 13 são Agentes de Execução Penal (AEP) e 2 são Especialistas. Grande parte dos entrevistados tem mais de 10 anos de atuação no sistema prisional no Brasil.

Quanto às últimas férias, a maioria gozou há menos de seis meses. Contudo, uma informação que merece atenção é o fato de que um terço dos participantes relatou que "a quantidade de dias gozados **não foi suficiente** para repor as energias e descansar". Além

disso, alguns também informaram que "eu **não me desliguei completamente** das minhas atividades durante o período de gozo de férias".

Quanto aos aspectos relacionados à organização do trabalho pôde-se observar que o serviço realizado na penitenciária investigada gerou percepções antagônicas na perspectiva dos entrevistados. As palavras que mais se repetiram foram: "**gratificante**", "**estressante**", "**perigoso**" e "**burocrático**".

Um fator relevante considerado pelos entrevistados diz respeito ao "**contato com o preso**"; principalmente quando realizado pelos serviços de reabilitação e de saúde. Tais atividades "[...] **demandam tempo e efetivo**; **que muitas vezes não tem**"; e são vistas como "**atividades desnecessárias**" para o perfil do preso na unidade; "[...] **de alta periculosidade, sem possibilidade de ressocialização**". Associado a isso tem também o próprio "[...] **trato em si com o preso**", que os expõem a riscos físicos e mentais, "[...] **corriqueiras indiretas** e **ameaças veladas**". Por isso, muitos se sentem "[...] **pisando em ovos**, medindo meus atos e palavras".

Apesar da dificuldade de quantitativo de pessoal outrora relatada, o acompanhamento dos detentos para serviços que envolvam sua reabilitação física, mental e social é um passo importante para a recuperação da população carcerária e deve ser encorajado pela gestão prisional. Isso porque as boas condições de saúde física dos presos podem evitar uma série de doenças que podem afetar os funcionários (Nweze et al., 2021; Paraguassú-Chaves et al., 2018), e, no aspecto mental, minimizar possibilidades de conflitos, rebeliões, mortes e transtornos de ideação suicida nas celas e pátios prisionais (Tyler et al., 2019). Além disso, o descrédito dado pelos entrevistados à ressocialização não encontra eco na literatura (Boaron et al., 2021; Oliveira et al., 2020). Pelo contrário, está no cerne da própria missão institucional e não deve ser esquecida e menosprezada por seus funcionários. Por outro lado, as inquietações observadas em suas falas não podem ser ignoradas. A arquitetura prisional, por exemplo, por ser um elemento institucional a ser considerado e deve ser adequada ao que se deseja em termos de melhorias de bem-estar e saúde mental de funcionários e infratores, com boas condições de luz e espaço (Moran et al., 2016).

Ainda sobre os riscos, para as outras categorias que não têm contato direto com a população carcerária e se sentem seguros dentro da unidade, "[...] **devido às recentes execuções de colegas**, **não me sinto seguro fora da unidade**, principalmente no trajeto para o trabalho". Eles relataram que o simples fato de trabalhar em uma unidade prisional, toda e qualquer possibilidade de identificação já os expõem a riscos, o que fazem com que muitos limitem os seus círculos de amizade ou até mesmo omitam a natureza do seu trabalho. Esse talvez seja um dos postos-chaves para explicar o porquê categorias altamente expostas a infratores têm obtido crescentes números de problemas mentais. Nesse sentido, estudos que investigaram o resultado da relação entre exposição direta a presos e precarização do trabalho de funcionários prisionais relatam alterações em seu cotidiano pessoal, familiar e social (Albuquerque & Araujo, 2018).

Os profissionais possuem medo constante, seja no caminho de casa para o trabalho, e vice-versa, seja de ficar em casa ou sair para algum ambiente público. Como consequência, "[...] eu vivo **em estado de alerta constante**, e evito rotina". Tais riscos, por vezes, [...] **respingam nas minhas relações e vivências extratrabalho**, em especial com meu cônjuge e filhos". Ben-David et al. (1996) reforçam que esse medo do trabalho está presente em todos os profissionais penitenciários envolvidos direta e indiretamente com os detentos prisionais, fazendo com que muitas vezes os funcionários se sintam incapazes, vulneráveis, inseguros, desprotegidos e com a sensação de que estão em perigo constante. Sem suporte e acompanhamento institucional, poderão desenvolver distúrbios que levarão a práticas de extrema violência contra a população carcerária (Rumin et al., 2011).

Em relação às normativas, como já evidenciado por boa parte dos servidores, "o trabalho na unidade é **burocrático**". "Com **muitos procedimentos, normativas e rotinas de trabalho**, embora necessários para bom andamento das atividades, em alguns casos **engessam o processo** e **dificultam o trabalho**". Tais normas são consideradas muitas vezes como "[...] **inadequadas e obsoletas** para a realidade da unidade, criadas por quem nunca trabalhou aqui". "Isso se agrava pelo **baixo efetivo**, insuficiente", para mais da metade dos servidores participantes da pesquisa, o que faz com que essas normas não possam ser cumpridas atendendo aos requisitos incongruentes de rapidez e qualidade.

Ademais, segundo eles, "os processos também emperram pela **falta de sintonia entre as Divisões e Serviços**". Isso por sua vez, dificulta a percepção de autonomia sobre os resultados de seu trabalho. Com isso eles explicam que "eu fico **de mãos atadas**, pois **eu preciso de informações e atividades do outro** que, muitas vezes por **discordância e/ou desconhecimento da necessidade** dessas ou mesmo por **falta de condições pessoais e/ou internas** não são, respectivamente, disponibilizadas e realizadas".

Ainda em relação à disponibilização de informações para o desempenho de suas funções, muitos relataram que "**as informações vêm em cima da hora**, ou **não vêm completas**". Tais fatos geram insegurança e demandam mais tempo do servidor na busca de mais esclarecimentos para as informações fornecidas.

Sobre o ritmo de trabalho, mais da metade dos respondentes o caracterizou como "**agitado**", "**intenso**", "**forte**", "**pesado**" e "**alto**". Mais de um terço relatou que "eu **não tenho pausa**, nem para o horário de almoço. Como na mesa de trabalho, de frente para o computador". Eles sentem que recebem "[...] **pressão de todos os lados**", "[...] principalmente do Sistema, pela emissão de documentos, em curtos prazos; realização de procedimentos padrões e relatórios para prestação de contas que **demandam tempo**". Em adição, "[...] ainda tem a minha **autocobrança**, a **pressão dos presos, dos colegas e da Direção**". Esse achado corrobora o estudo de Bezerra et al. (2016), que mostra como o ritmo intenso de trabalho potencializa os níveis de estresse laboral, o que pode acarretar, se não for corrigido em tempo oportuno, problemas maiores, como síndrome de *burnout*, considerando sintomas persistentes como acúmulo de fadiga, despersonalização, exaustão etc. (Bakhshi et al. 2019; Asante et al., 2019).

Quanto **às condições físicas de trabalho**, no geral, no que diz respeito à iluminação e à ventilação está bom. Contudo, houve relatos negativos quanto ao conforto e qualidade das mobílias, "[...] principalmente das cadeiras", que segundo eles "**não são ergonômicas**", e em relação ao espaço, "**mal projetado e pequeno em algumas unidades**". No tocante à qualidade do fardamento, a queixa foi mais recorrente, em especial, para a calça que é fornecida; posto que, na percepção deles, é de "**má qualidade"**, "**desconfortável**" e "**corte inadequado**". Por isso, a maioria prefere adquiri-la por conta própria. Os demais itens, referentes aos Equipamentos de Proteção Individual (EPI´s), coturnos e outros "[...] **no geral estão bons**". Porém, no que condiz aos instrumentos de trabalho específicos, eles sentem que "[...] **deixam a desejar** em termos de **qualidade**, **atualização** e/ou **adequação**". Como por exemplo, "*Body Scan* depreciado", com "tecnologia obsoleta"; e "viaturas não blindadas". Adicionalmente, "eu sinto a **necessidade de mais capacitação para atividades específicas**, em especial para as atividades referentes ao uso do *Body Scan*, e processos de licitações e contratos". De forma geral, há uma carência de desenvolver esses servidores para suas funções como gestor. "Eu reconheço que **preciso melhorar minhas habilidades gerenciais** e de **relacionamento intra e interpessoal**".

Por fim, referindo-se **às relações socioprofissionais** "[...] no geral "**são satisfatórias**, ainda que **estritamente profissionais**". Contudo, observa-se que os problemas diagnosticados nos aspectos referentes à organização do trabalho geram "[...] **conflitos ideológicos**, **muitas vezes velados**"; mas, que respingam na qualidade das relações interpessoais vivenciadas no

contexto de trabalho. Falas como "[...] eles **não querem trabalhar em parceria**, **não veem o todo"**, manifestam a existência desses conflitos. Em relação a problemas como esses envolvendo relações horizontais é aconselhável que as formações de equipes sejam flexíveis e levem em consideração elementos comuns entre os membros, que possam reduzir os conflitos interpessoais, minimizando os riscos já existentes no clima organizacional (Ricciardelli et al., 2019). Gestores e chefes de turno precisam conhecer profundamente cada subordinado e garantir que este trabalhe em seu expediente com colegas a qual tenha afinidades e boas relações de parceria. Escolhas de grupamento erradas podem potencializar o nível de estresse e tirar dos funcionários uma das poucas fontes de alívio em dias altamente estressantes no ambiente laboral.

Já a relação entre chefes e subordinados, também é afetada por dois motivos que se complementam: "**inexistência de treinamento**, de **desenvolvimento gerencial**, principalmente pela **falta de conhecimento e habilidade para lidar com pessoas**"; e a "existência de **servidores negligentes**, **descompromissados** e/ou **sem vocação para atuar em um sistema prisional**".

Dois lados devem ser observados diante dos achados outrora. De um lado, o descomprometimento e maior vulnerabilidade a doenças psicológicas, por parte dos funcionários, é um problema que parece ser corriqueiro quando se olha para outras pesquisas semelhantes (Boaron et al., 2021). Por outro lado, a negligência e falta de comprometimento organizacional tem sofrido influência também das relações verticais. Pode-se deduzir, implicitamente, que haja situações como cobranças demasiadas, ausência de autonomia, suporte organizacional, encorajamento para o autocontrole dos funcionários e falta de reconhecimento dos líderes (Paraguassú-Chaves et al., 2018; Sygit-Kowalkowska et al., 2021; Schaufeli & Peeters, 2000), o que tem afetado a motivação de seus liderados. Nesse caso, a instituição precisa rever seus processos de trabalho e analisar se está promovendo um ambiente de trabalho mais saudável para seus funcionários. Um treinamento multinível, por exemplo, pode ser um primeiro passo para corrigir relacionamentos verticais destruídos (Taylor & Swartz, 2021).

5 Conclusão

O objetivo deste artigo consistiu em compreender como o contexto de trabalho afeta questões de saúde mental em profissionais de uma unidade prisional federal situada no interior do Nordeste brasileiro. Fatores estruturais e a exposição direta ou indireta à população carcerária foram observados como desafios que contribuem para o surgimento de problemas psicológicos em funcionários prisionais. Esses problemas se potencializam à medida que eles percebem a sobrecarga, a deterioração das relações horizontal e vertical, o excesso de burocracia e a falta de suporte organizacional. Tais evidências trazem à tona a necessidade de repensar as políticas públicas e de gestão em unidades prisionais federais, em prol de um ambiente laboral saudável.

Assim, os resultados evidenciam, de forma prática, a necessidade de treinamentos gerenciais em relação as tarefas desenvolvidas. Quanto às condições físicas e estruturais inerentes ao trabalho, o contato com presos potencializa a insatisfação e geração de sofrimento psíquico, gerando riscos, derivados de ameaças. No que diz respeito às normas e procedimentos, há uma necessidade para desenvolvimento de congruência, adequação e pertinência, assim como necessita-se investir em melhorias nas informações e comunicação interna. De forma teórica, o estudo agrega ao promover investigações em organizações prisionais de difícil acesso, que são os presídios federais. Tendo em vista que, sua complexidade e desafios também precisam ser investigados.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a dificuldade de gravar as entrevistas. Por questões de segurança institucional, nenhum visitante pôde levar celular ou outro aparelho eletrônico, o que impossibilitou aos pesquisadores coletar os dados de maneira integral, estando limitados às anotações das falas, e consequentemente, com o risco de perder informações que poderiam agregar à análise dos dados.

Por fim, esta pesquisa lança luz de caminhos que poderão trazer novos insights aos estudos sobre contexto de trabalho e saúde mental no ambiente de trabalho prisional. Encorajam-se investigações que apontem para construtos capazes de moderar ou mediar, por exemplo, a relação entre o contexto laboral e o acometimento de doenças psicológicas, quer sejam fatores individuais ou organizacionais.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, D. R.; & Araujo, M. R. M. (2018). Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do Estado de Sergipe. *Revista de Psicologia e Saúde, 10*(1), 19-30. http://dx.doi.org/10.20435/v10i1.456

Asante, J. O., Li, M. J., Liao, J., Huang, Y. X., & Hao, Y. T. (2019). The relationship between psychosocial risk factors, burnout and quality of life among primary healthcare workers in rural Guangdong province: a cross-sectional study. *BMC Health Services Research, 19*, 447. https://doi.org/10.1186/s12913-019-4278-8

Azevedo, C. S., Miranda, L., Sá, M. C., Grabois, V., Matta, G., & Cunha, M. (2018). Entre protocolos e sujeitos: qualidade do cuidado hospitalar em um serviço de hematologia. *Cadernos de Saúde Pública, 34*(6):e00043817. https://doi.org/10.1590/0102-331X00043817

Bakhshi, E., Gharagozlou, F., Moradi, A., & Naderi, M. R. (2019). Quality of work life and its association with job burnout and job performance among Iranian healthcare employees in Islamabad-e Gharb, 2016. *Journal of Occupational Health and Epidemiology*, *8*(2):94-101. http://johe.rums.ac.ir/article-1-336-en.html

Becker-Pestka, D. (2018). Polish prison education system. *Hungarian Educational Research Journal, 8*(4), 41-51. https://doi.org/10.14413/HERJ/8/4/4

Ben-David, S., Silfen, P., & Cohen, D. (1996). Fearful custodial or fearless personal relations: prison guards' fear as a factor shaping staff-inmate relation prototype. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 40*(.2), 94-104. https://doi.org/10.1177/0306624X96402002

Bezerra, C. M., Assis, S. G., & Constantino, P. (2016). Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. *Ciência e Saúde Coletiva, 21*(7), 2135-2146. https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.00502016

Bierie, D. M. (2012). The impact of prison conditions on staff well-being. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 56*(1), 81–95. https://doi.org/10.1177/0306624X10388383

Boaron, F., Gerocarni, B., Fontanesi, M. G., Zulli, V., & Fioritti, A. (2021). Across the walls. Treatment pathways of mentally ill offenders in Italy, from prisons to community care. *Journal Psychopathology, 27*, 34-39. https://doi.org/10.36148/2284-0249-418

Campos, J. F., & David, H. S. L. (2011). Work context assessment in intensive therapy units from the perspective of work psychodynamics. *Revista da Escola de Enfermagem da USP, 45*(2), 363-368. https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200009

Carleton, R. N., Afifi, T. O., Taillieu, T., Turner, S., Mason, J. E. Ricciardelli, … Griffiths, C. T. (2020). Assessing the relative impact of diverse stressors among public safety personnel. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 17*(4), 1234. https://doi.org/10.3390/ijerph17041234

Carleton, R. N., Afifi, T. O., Taillieu, T., Turner, S., Krakauer, R., Anderson, G. S., … McCreary, D. R. (2019). Exposures to potentially traumatic events among public safety personnel in Canada. *Canadian Journal of Behavioural Science/Revue Canadienne des Sciences du Comportement, 51*(1), 37-52. https://doi.org/10.1037/cbs0000115

Carnevale, F., Delogu, B., Bagnasco, A., & Sasso, L. (2018). Correctional nursing in Liguria, Italy: examining the ethical challenges. *Journal of Preventive Medicine and Hygiene, 59*(4), 315-322. https://doi.org/10.15167/2421-4248/jpmh2018.59.4.928

Castro, M. C., Rocha, R., & Cruz, R. (2019). Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. *Psicologia, Saúde & Doença, 20*(2), 525-541. https://doi.org/10.15309/19PSD200220

Dejours, C. (1992). *A loucura do Trabalho*: estudo de psicopatologia do trabalho. Cortez-Oboré.

Dejours, C. A. (1994). *Psicodinâmica do trabalho*: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Atlas.

Dejours, C. (1999). *Conferências brasileiras*: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Fundap.

Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção, 14*(3), 27-34. https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004

Dejours, C., Abdoucheli, E, & Jayet, C. (2010). *Psicodinâmica do trabalho:* contribuições da Escola *Dejouriana* à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Atlas.

Dejours, C., & Molinier, P. (1994). Le travail comme énigme. *Sociologie du travail, 36*, 35-44. https://www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1994_hos_36_1_2147#:~:text=La%20centralit%C3%A9%20du%20travail%20est,de%20ce%20point%20de%20vue.

Enriquez, E. (2014). O trabalho, essência do homem? O que é o trabalho? *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17*(spe1), 163-176. https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p163-176

Fagundes, B. G. A. M. (2017). *Engajamento e o contexto de trabalho em uma sala de recuperação*. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Falqueto, J. M. Z., Hoffmann, V. E., & Farias, J. S. (2018). Saturação teórica em pesquisas qualitativas: relatos de uma experiência de aplicação em estudo na área de administração. *Revista de Ciências da Administração, 20*(52), 40-53. https://doi.org/10.5007/2175-8077.2018V20n52p40

Fusco, N., Ricciardelli, R., Jamshidi, L., Carleton, R. N., Barnim, N., Hilton, Z., & Groll, D. (2021). When our work hits home: trauma and mental disorders in correctional officers and other correctional workers. *Frontiers in Psychiatry, 11*, 493391. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2020.493391

Jesus, S. R., Felippe, A. M., & Silva, Y. V. (2021). Vulnerability to stress in penitentiary security agents. *Psicologia: Ciência e Profissão, 41*(spe2), 1-18, 2021. https://doi.org/10.1590/1982-3703003197193

Kalinsky, B. (2008). El agente penitenciario: la cárcel como ámbito laboral. *Runa, 28*, 43-57. http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282007000100003&lng=es&tlng=es

Lazzari, T., Terzoni, S., Destrebecq, A., Meani, L., Bonetti, L., & Ferrara, P. (2020). Moral distress in correctional nurses: a national survey. *Nursing ethics, 27*(1), 40–52. https://doi.org/10.1177/0969733019834976

Lefevre, F., & Lefevre, A. M. C. (2006). O sujeito coletivo que fala. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação, 10*(20), 517-524. https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200017

Lefevre, F., & Lefevre, A. M. C. (2014). Discursos do sujeito coletivo: representações sociais e intervenções comunicativas. *Texto Contexto Enfermagem, 23*(2), 502-507. http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072014000000014

Lefevre, F., Lefevre, A. M. C., Cornetta, V. K., & Araújo, S. D. T. (2010). O discurso do sujeito coletivo como eu ampliado: aplicando a proposta em pesquisa sobre a pílula do dia seguinte. *Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano, 20*(3), 798-808. https://doi.org/10.7322/jhgd.19988

Lima, A. I. O., Dimenstein, M., Figueiró, R., Leite, J., & Dantas, C. (2019). Prevalência de transtornos mentais comuns e uso de álcool e drogas entre agentes penitenciários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 35, e3555*. https://doi.org/10.1590/0102.3772e3555

Liu, B., Chen, H., & Huang, X. (2018). Map changes and theme evolution in work hours: a Co-word analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 15*(5), 1039. https://doi.org/10.3390/ijerph15051039

Maissiat, G. S., Lautert, L., Pai, D. D., & Tavares, J. P. (2015). Contexto de trabalho, prazer e sofrimento na atenção básica em saúde. *Revista Gaúcha de Enfermagem, 36*(2), 42-49, 2015. https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.02.51128

Marçal, H. I. F., Schlindwein, V. L. D. C., Barbosa, E. A. G., & Silva, M. O. (2020). Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região

Norte. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 23*(2), 203-217. http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217

Marques, G. S., Giongo, C. R., & Rückert, C. (2018). Saúde mental de agentes penitenciários no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Diálogo, 38*, 89-98. http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i38.4202

Martins, W. E. B., Loreto, M. D. S., Bifano, A. C. S., & Montoya, D. Y. H. (2021). O cenário do trabalho do Policial Militar: espacialização e reflexos no adoecimento funcional. *Brazilian Journal of Development, 7*(3), 27771-27785. https://doi.org/10.34117/bjdv7n3-470

Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho*: teoria, método e pesquisa. Casa do Psicólogo.

Mendes, A. M. (1999). *Valores e vivência de prazer-sofrimento no contexto organizacional*. (Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília)

Mendes, A. M., & Ferreira, M. C. (2008). Contexto de trabalho. Em M. M. M. Siqueira (Org). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e gestão* (pp. 111-123). Artmed.

Moran, D., Turner, J., & Jewkes, Y. (2016). Becoming big things: building events and the architectural geographies of incarceration in England and Wales. *Transactions of the Institute of British Geographers, 41*(4), 416-428. https://doi.org/10.1111/tran.12140

Nweze, V. N., Anosike, U. G., Ogunwusi, J. F., Adebisi, Y. A., & Lucero-Prisno, D. E., 3rd (2021). Prison health during the COVID-19 era in Africa. *Public Health in Practice (Oxford, England), 2*, 100083. https://doi.org/10.1016/j.puhip.2021.100083

Obidoa, C., Reeves, D., Warren, N., Reisine, S., & Cherniack, M. (2011). Depression and work family conflict among corrections officers**.** *Journal of Occupational and Environmental Medicine, 53*(11), 1294-1301. https://doi.org/10.1097/JOM.0b013e3182307888

Okoza, J., Imhonde, H. O., & Aluede, O. (2010). The jailer or the jailed: stress and prison workers in Nigeria. *Current Research Journal of Social Sciences, 2*(2), 65-68. http://maxwellsci.com/print/crjss/v2-65-68.pdf.

Oliveira, A. M. B., Fonseca, C. C., & Brandão, T. S. (2020). O cotidiano na cadeia pública de Caraúbas/RN/Brasil sob o olhar do agente penitenciário. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, 63*(enero). https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7762741

Paraguassú-Chaves, C. A., Tomaz, C. A. B., Dantas, L. R. M., Silva, J. G., Luz Neto, L. S., Dettoni, J. L., ... Almeida, F. M. (2018). Job satisfaction and mental suffering of penitentiary agents of the female prison of Porto Velho, Rondônia (Brazil). *International Journal of Advanced Engineering Research and Science, 5*(10), 265248. https://doi.org/10.22161/ijaers.5.10.8

Rizkiyani, D., & Saragih, S. R. (2012). Stress kerja dan motivasi kerja pada petugas Lembaga Permasyarakatan. *Jurnal Manajemen Maranatha, 12*(1), 27-44. https://doi.org/10.28932/jmm.v12i1.172

Ramos, F. M. C., Morais, H. C. C., Campos, R. K. G. G., & Mendes, I. C. (2021). Qualidade de vida no trabalho do agente penitenciário cearense. *Revista de Enfermagem da UFPI, 10*(1), 1-7, 2021. https://doi.org/10.26694/reufpi.v10i1.812

Ricciardelli, R., & Power, N. G. (2020). How "conditions of confinement" impact "conditions of employment": the work-related well-being of Provincial Correctional Officers in Atlantic Canada. *Violence and Victims, 35*(1), 88–107. https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-18-00081

Ricciardelli, R., Carleton, R. N., Mitchell, M., Barnim, N., Bajji, A., & Groll, D. (2019). Correctional work, wellbeing, and mental health disorders. *Advancing Corrections Journal, 8*, 53-69. https://www.researchgate.net/publication/337801434_Correctional_Work_Well-being_and_Mental_Disorders

Rumin, C. R., Barros, G. I. F., Cardozo, W. R. Cavalhero, R., & Atelli, R. (2011). O sofrimento Psíquico no trabalho de vigilância em prisões. *Psicologia Ciência e Profissão, 31*(1), 188-199, 2011. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000100016

Santos, A. C., & Menta, S. A. (2016). Refletindo a interface entre trabalho rural e saúde mental dos trabalhadores da citricultura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 24*(4), 765-775. https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoAO0718

Schaufeli, W. B., & Peeters, M. C. W. (2000). Job stress and burnout among correctional officers: A literature review. *International Journal of Stress Management, 7*(1), 19–48. https://doi.org/10.1023/A:1009514731657

Shepherd, B. R., Fritz, C., Hammer, L. B., Guros, F., & Meier, D. (2019). Emotional demands and alcohol use in corrections: a moderated mediation model. *Journal of Occupational Health Psychology, 24*(4), 438–449. https://doi.org/10.1037/ocp0000114

Shidende, N. H, Aanestad, M., & Igira, F. (2016). The role of context in the co-evolution of work and tools: a case from the primary health sector in Tanzania. *Information Technology & People, 29*(4),.850-875, 2016. https://doi.org/10.1108/ITP-12-2013-0218

Sygit-Kowalkowska, E., Piotrowska, A., & Hamzah, I. (2021). Insomnia among prison officers and its relationship with occupational burnout: the role of coping with stress in Polish and Indonesian samples. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 18*(8), 4282, 2021. https://doi.org/10.3390/ijerph18084282

Sousa, J. C. (2021). *Ambiência do trabalho informal das profissionais do sexo sob a lente da psicodinâmica do trabalho (PDT):* uma análise das dimensões de contexto e conteúdo que permeiam as vivências em casas noturnas. (Tese de Doutorado. Universidade Potiguar).

Taylor, K. H., & Swartz, K. (2021). Stress doesn't kill us, it's our reaction: exploring the relationship between coping mechanisms and correctional officer PTSD. *Criminal Justice Studies, 34*(4), 380-396. https://doi.org/10.1080/1478601X.2021.1999116

Testoni, I., Nencioni, I., Arbien, M., Iacona, E., Marrella, F., Gorzegno, V, … Wieser, M. A. (2021). Mental Health in Prison: Integrating the Perspectives of Prison Staff. *International*

Journal Environmental Research Public Health, 18(21), 11254. https://doi.org/10.3390/ijerph182111254

Therriault, P. Y., Rhéaume, J., & Streit, U. (2004). Identité de métier en péril chez des machinistes suite à des transformations organisationnelles et technologiques. *Le Travail Humain, 67*, 333-357. https://doi.org/10.3917/th.674.0333

Thompson, J. A., & Bunderson, J. S. (2019). Research on work as a calling. . . and how to make it matter. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior, 6*, 421–443. https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-012218-015140

Tschiedel, R. M., & Monteiro, J. K. (2013). Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária. *Estudos de Psicologia, 18*(3), 527-535. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300013

Tyler, N., Miles, H. L., Karadag, B., & Rogers, G. (2019). An updated picture of the mental health needs of male and female prisoners in the UK: prevalence, comorbidity, and gender differences. *Social Psychiatry Psychiatry Epidemiol, 54*(9), 1143–1152. https://doi.org/10.1007/s00127-019-01690-1

Winter, L. E., & Alf, A. M. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. (2019). *Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 19*(3), 671-678. http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214